Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.06, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

VIOLÊNCIA ASSOCIADA AO GÊNERO FEMININO NA BAIXADA MARANHENSE: ANÁLISE DOS CASOS NOTIFICADOS ENTRE 2013 A 2023

VIOLENCE ASSOCIATED WITH THE FEMALE GENDER IN BAIXADA MARANHENSE: ANALYSIS OF CASES REPORTED BETWEEN 2013 AND 2023

Valéria Lemos Gonçalves
Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: valeria.lemos@discente.ufma.br

Lavígnia das Graças Marinho
Acadêmica de Educação Física, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: lavignia.marinho@discente.ufma.br

Victor Manoel Pereira Frazão
Acadêmico de Medicina, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: victor.mpf@discente.ufma.br

Kairo Klécio Santos da Silva
Acadêmico de Medicina, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: kairo.klecio@discente.ufma.br

Mayra Sharlenne Moraes Araujo
Docente de Enfermagem, Doutora em Saúde Coletiva,
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: mayra.sharlenne@ufma.br.

Francyelle Costa Moraes
Docente de Enfermagem, Doutoranda em Ciências da Saúde,
Universidade Federal do Maranhão, Brasil
E-mail: francyelle.moraes@ufma.br.

Recebido: 01/03/2025– Aceito: 21/03/2025

Resumo

Introdução: A violência de gênero, especialmente a perpetrada contra mulheres, constitui uma grave violação dos direitos humanos. Consiste em qualquer ato violento baseado no gênero que resulte ou tenha probabilidade de resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

incluindo coerção ou privação arbitrária da liberdade em ambiente público ou privado. Objetivo geral: Analisar o perfil das vítimas da violência de gênero na Baixada Maranhense. Metodologia: Trata-se de um estudo transversal de natureza exploratória descritiva utilizando dados das fichas de Notificação/Investigação de Violência Interpessoal e Autoprovocada registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A amostra foi composta por mulheres residentes na Baixada Maranhense, vítimas de violência de gênero entre os anos de 2013 a 2023. Resultados: Foram notificados na Baixada Maranhense no período de 2013 a 2023 1.072 casos de violência contra a mulher, com o maior número de registros em 2020, especialmente no município de Pinheiro-MA. A violência sexual foi a mais prevalente, representando 610 casos (56,9%), seguida da violência física, com 398 casos (37,1%). Quanto ao perfil das vítimas, a faixa etária mais afetada foi de adolescentes entre 10 e 19 anos com 660 casos (61%), 282 mulheres (26,3%) tinham ensino fundamental incompleto e 808 (75%) se autodeclararam pardas. Conclusão: Este estudo contribui significativamente ao explorar fatores sociodemográficos associados à violência contra a mulher na região da Baixada Maranhense, fornecendo dados importantes sobre o perfil das mulheres vítimas desse agravo e assim, subsidiando informações que possam ser utilizadas no desenvolvimento de políticas públicas regionais.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência interpessoal; Violência; Baixada Maranhense; Notificação

Abstract

Introduction: Gender-based violence, especially that perpetrated against women, constitutes a serious violation of human rights. This violence consists of any gender-based violent act that results in or is likely to result in physical, sexual, or psychological harm or suffering to women, including coercion or arbitrary deprivation of liberty in a public or private setting. General objective: To analyze the profile of victims of gender-based violence in Baixada Maranhense. Methodology: This is a cross-sectional study of an exploratory and descriptive nature using data from the Notification/Investigation of Interpersonal and Self-Inflicted Violence forms registered in (SINAN). The sample consisted of women residing in Baixada Maranhense, victims of gender-based violence between 2013 and 2023. Results: 1,072 cases of violence against women were reported in Baixada Maranhense from 2013 to 2023, with the highest number of records in 2020, especially in the municipality of Pinheiro-MA. Sexual violence was the most prevalent, accounting for 610 cases (56.9%), followed by physical violence, with 398 cases (37.1%). Regarding the profile of the victims, the most affected age group was adolescents between 10 and 19 years old, with 660 cases (61%). In addition, 282 women (26.3%) had incomplete elementary education and 808 (75%) declared themselves to be brown. Conclusion: This study contributes significantly by exploring sociodemographic factors associated with gender violence, providing important data that contribute to the creation of more assertive public policies

Keywords: Gender violence; Interpersonal violence; Violence; Baixada Maranhense; Notification.

1. Introdução

A violência de gênero, especialmente a perpetrada contra mulheres, constitui uma grave violação dos direitos humanos e é um problema estrutural que persiste em sociedades de todo o mundo. Segundo Alexandre *et al.* (2018) essa violência consiste em qualquer ato violento baseado no gênero que resulte ou

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

tenha probabilidade de resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, incluindo coerção ou privação arbitrária da liberdade em ambiente público ou privado. Mascarenhas *et al.* (2017) complementam essa perspectiva ao constatar que casos de violência contra a mulher, em geral, são banalizados em função de aspectos culturais, reflexo da herança de uma sociedade machista e patriarcal, que se evidencia em atos praticados por agressores conhecidos das vítimas ou mesmo membros do ciclo familiar.

A violência de gênero transcende as esferas individual e familiar, configurando-se como um problema sistêmico com profundas implicações físicas, psicológicas e sociais para as vítimas, além de acarretar impactos socioeconômicos significativos para as comunidades e os sistemas de saúde. Guedes, Silva e Fonseca (2009) discutem que a violência de gênero é um fenômeno multidimensional com interfaces diretas com a Saúde Coletiva. Trata-se de uma expressão das desigualdades de gênero enraizadas na sociedade, manifestando-se como uma contradição profunda na vida das mulheres. Esse contexto resulta em impacto significativo na saúde física, mental e social, contribuindo para o aumento da morbidade e do risco de adoecimento.

Mesmo perante o cenário existente no Brasil, onde uma em cada cinco mulheres, independentemente da idade ou nível educacional, relatam já ter sofrido agressões por parte de parceiros, maridos, namorados ou ex-companheiros, a violência doméstica e familiar contra a mulher continua sendo um fenômeno velado. Estima-se ainda que, entre as cinco mulheres agredidas, uma não tenha tomado nenhuma providência em relação ao ocorrido, evidenciando a subnotificação e dificultando a compreensão da verdadeira extensão do problema (Brasil, 2015). Segundo a pesquisa nacional de violência contra a mulher, 25% das mulheres já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar por um homem no estado do Maranhão (Brasil, 2024).

É importante destacar que as diversas formas de violência podem estar interligadas, o que implica que uma mulher pode sofrer diferentes tipos de violência ao mesmo tempo. A lei n° 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha categoriza a violência em 5 tipos: 1) violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; 2) violência psicológica, entendida como

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

qualquer conduta que lhe cause danos emocional ou prejuízo a saúde psicológica; 3) violência sexual. entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; 4) violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos ou recursos financeiros e; 5) violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

O estudo de Duarte *et al.* (2015) corrobora com a Lei Maria da Penha ao afirmar que a violência pode se manifestar de diversas formas como a sexual, a moral e a psicológica além disso, o autor lança luz a problemática de que esses atos nem sempre aparecem acompanhados de queixas físicas, o que demanda mais habilidade de profissionais de diversas áreas, seja da saúde, educação ou assistência, de reconhecerem tais situações a tratarem e auxiliarem as vítimas.

Para enfrentar e prevenir essa situação, é fundamental registrar os casos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com o objetivo de gerar dados e estatísticas que orientem a elaboração de políticas públicas. Com isso, evidencia-se que a violência contra as mulheres é um problema sociocultural que impacta a saúde pública, uma vez que está ligada a fatores culturais, educacionais, econômicos, políticos e de saúde (Costa *et al.*, 2024).

O Maranhão apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo do Brasil, refletindo problemas estruturais em diversas regiões do estado. A Baixada Maranhense, situada na parte norte-noroeste do estado, é uma área caracterizada por uma economia que se sustenta na pesca artesanal, na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva, atividades essenciais para a subsistência das populações (Silva *et al.*, 2016). Embora possua um grande potencial natural, essa região enfrenta desafios socioeconômicos significativos, como a falta de infraestrutura adequada dificultando o desenvolvimento local, o que também contribui para a desigualdades e dificuldades no enfrentamento da violência de gênero.

Considerando este contexto, este estudo tem como objetivo analisar o perfil das vítimas da violência de gênero na Baixada Maranhense ao longo de 11 anos

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

(2013 a 2023), analisando sua recorrência, seus impactos sociais e a influência das condições socioeconômicas na continuidade desse problema ao longo do tempo.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo transversal de natureza exploratória descritiva com o objetivo de analisar o perfil de mulheres vítimas de violência, considerando a distribuição de doenças ou condições relacionadas à saúde, segundo o tempo, o lugar e/ou as características dos indivíduos, utilizando dados das fichas de Notificação/Investigação de Violência Interpessoal e Autoprovocada registradas no (SINAN), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

A baixada maranhense se localiza na porção norte do estado do Maranhão, com uma população estimada de 559,619 habitantes, abrangendo 21 municípios como: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.

A amostra foi composta por mulheres residentes na Baixada Maranhense, vítimas de violência de gênero, com notificações registradas no Sistema de Informação de Agravo (SINAN) entre os anos de 2013 a 2023. O acesso aos dados ocorreu no período de 20 a 27 de janeiro de 2025. Os dados foram filtrados com base em variáveis previamente selecionadas, como: anos, municípios, faixa etária, escolaridade, raça/cor, tipo de violência, local de ocorrência, escolaridade, autor e meios de agressão

Para a análise e discussão dos resultados, os pesquisadores organizaram as informações em uma planilha no Microsoft Excel, em que os dados foram processados e tabulados. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, modificados nos programas Microsoft Word e Excel.

Por se tratar de uma pesquisa que utiliza bancos de dados agregados, sem possibilidade de identificação do indivíduo, este estudo dispensa avaliação em

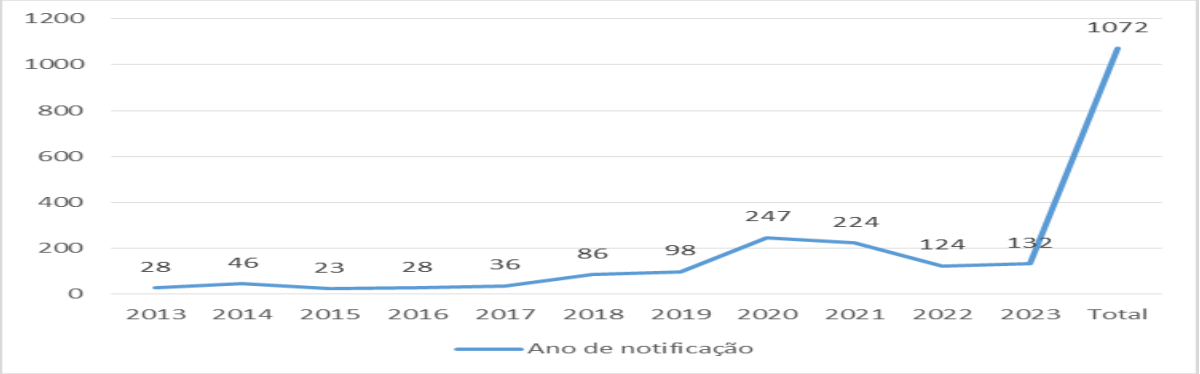
Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.06, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), de acordo com a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3. Resultados

Entre os anos de 2013 e 2023 foram notificados um total de 1072 casos de violência interpessoal/autoprovocada em mulheres na Baixada Maranhense. O gráfico 1 ilustra a evolução dessas notificações ao longo dos anos. O maior número de casos notificados foi registrado em 2020 com 247 (23,04%), enquanto o menor registro corresponde ao ano de 2013 com 28 casos (2,6%). Durante a pesquisa, observou-se uma redução no número de notificações, embora não de maneira contínua. Em 2021 e 2022, os números diminuíram, mas em 2023 houve um leve acréscimo em relação a 2022. Segundo o gráfico, o ano de 2021 registrou 224 casos (20,9%), em 2022 foram 124 (11,6%) e, em 2023, o número registrado foi de 132 casos notificados (12,3%).

Gráfico 1- Notificação de violência Interpessoal/Autoprovocada por sexo feminino por ano na baixada maranhense no período de 2013 - 2023.



Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (2025).

A Tabela 1 apresenta as taxas de notificação de violência autoprovocada nos municípios da Baixada Maranhense, de acordo com o grupo estudado. Pinheiro teve o maior número de casos, com 495 notificações (46,2%), seguido por Arari 106 (9,9%), Viana 96 (9%) e Penalva 71 (6,6%). Já os menores registros foram em Palmeirândia 6 (0,6%), Pedro do Rosário 5 (0,5%) e Peri Mirim 3 (0,3%).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Tabela 1- Notificação por município de violência Interpessoal/Autoprovocada na Baixada Maranhense no período de 2013 - 2023.

Municípios de notificação	**N**	**%**
Anajatuba	30	2,8
Arari	106	9,9
Bela Vista Do Maranhão	12	1,1
Cajari	6	0,6
Conceiçao Do Lago-Açu	6	0,6
Igarapé Do Meio	29	2,7
Matinha	12	1,1
Monção	26	2,4
Olinda Nova Do Maranhão	23	2,1
Palmeirândia	6	0,6
Pedro Do Rosário	5	0,5
Penalva	71	6,6
Peri Mirim	3	0,3
Pinheiro	495	46,2
Presidente Sarney	27	2,5
Santa Helena	11	1,0
São Bento	12	1,1
São João Batista	11	1,0
São Vicente Ferrer	16	1,5
Viana	96	9,0
Vitória Do Mearim	69	6,4
TOTAL	1072	100

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (2025).

No que se refere às características sociodemográficas de acordo com a tabela 2, a faixa etária com maior prevalência dos casos ocorreu entre adolescentes de 10 a 19 anos com 660 das notificações (61%), seguidos por jovens de 20 a 29 anos com 123 casos (11,47%). Além disso, 282 (26,3%) das mulheres têm baixa escolaridade e a maioria delas, 808 (75%) se autodeclaram parda.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Tabela 2: Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência na baixada maranhense no período de 2013 - 2023.

Variável	N	%
Idade		
Crianças (<10 anos)	86	8,02
Adolescentes 10 a 19 anos	660	61,57
20 a 29 anos	123	11,47
30 a 39 anos	107	9,98
40 a 49 anos	54	5,04
50 a 59 anos	30	2,80
Idosas (>de 60 anos)	11	1,03
Ing./Branco	1	0,09
TOTAL	1.072	100
Escolaridade		
Analfabeto	18	1,7
5ª a 8ª série incompleta do EF	282	26,3
Ensino fundamental completo	83	7,7
Ensino médio incompleto	223	20,8
Ensino médio completo	96	9,0
Outros	152	14,2
Não se aplica	63	5,9
Ing./Branco	155	14,5
TOTAL	1.072	100
Raça		
Branca	126	11,8
Preta	125	11,7
Amarela	9	0,8
Parda	808	75,4
Ing./Branco	4	0,4
TOTAL	1.072	100

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (2025).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.06, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Ao analisar a tipologia de violência, constatou-se que a violência sexual foi a mais prevalente, com 610 casos (56,9%). Quanto ao meio de agressão, 257 casos (24%) envolveram força corporal ou espancamento. Em relação ao local de ocorrência, a maioria das vítimas, 813 (75,8%), foi agredida em sua própria residência. Quanto ao vínculo da vítima com o autor observou-se que 291 casos (27,1%) envolveram namorados, seguidos por cônjuges, responsáveis por 170 casos (15,9%). (Tabela 3)

Tabela 3: Notificação por tipologia da violência, local de ocorrência e vínculo de mulheres vítimas de violência na baixada maranhense no período de 2013 - 2023.

Variável	**N**	**%**
Tipos de violência		
Física	398	37,1
Psicológica	199	18,6
Sexual	610	56,9
Tortura	56	5,2
Outras	59	5,5
TOTAL	1072	100
Meios de agressão		
Força corporal/espancamento	257	24,0
Arma de fogo	38	3,5
Ameaça	129	12,0
Total	1072	100,0
Local de ocorrência		
Residência	813	75,8
Bar ou similar	28	2,6
Via pública	69	6,4
Outros	110	10,3
Ignorados	37	3,5
Em branco	15	1,4
TOTAL	1.072	100,0
Vínculo		

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Cônjuge	170	15,9
Namorado	291	27,1
Desconhecido	71	6,6
Outros	59	5,5
TOTAL	1072	100,0

Fonte: adaptado pelo autor com base em informações do Ministério da Saúde do Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (2025).

4. Discussão

Através da análise das notificações de violência autoprovocada/interpessoal em mulheres na Baixada Maranhense foi possível identificar características da vítima e da violência sofrida. Em nosso estudo, o aumento significativo de registros de notificação ocorreu em 2020 e pode estar associado ao impacto da pandemia de COVID-19, que, conforme apontado no estudo por Martins *et al* (2020), resultou em um aumento da vulnerabilidade das vítimas devido ao isolamento social e as dificuldades no acesso a serviços e redes de apoio. Além disso, a redução nos anos seguintes pode estar relacionada com melhoria na abrangência do sistema de monitoramento da violência no estado, com um aumento nas unidades de notificação e uma capacitação gradual dos profissionais para a adequada completude da Ficha de Notificação de Violência (Fonseca *et al* 2022.)

No que se refere à distribuição geográfica das notificações, a pesquisa aponta que o município de Pinheiro concentrou quase metade dos registros (46,2%), seguido por Arari, Viana e Penalva. É importante destacar que a falta de registros de violência em alguns municípios não significa que essa violência não exista na área, muitas vezes, a violência pode estar oculta ou se manifestar de maneiras variadas, o que complica seu registro. Outro aspecto relevante a ser mencionado é que a violência é uma realidade em todo o mundo, embora não se manifeste de forma uniforme. Ela pode ser encontrada tanto em grandes cidades quanto em regiões mais afastadas, apresentando diferentes intensidades e contextos (Wanzinack 2022).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Ao analisar os dados sociodemográficos observa-se que em relação à idade das vítimas, houve uma alta prevalência de violência entre adolescentes de 10 a 19 anos, representando 61% dos casos. No entanto, esses dados divergem dos resultados da pesquisa de Leite *et al* (2023), que identificaram uma maior incidência de violência em mulheres adultas, com 66,3% dos casos. Andrade *et al* (2020) em seu estudo também aponta para essa tendência, registrando 42% dos casos em mulheres adultas. Essa diferença pode ser compreendida ao considerar as dinâmicas de exposição à violência em diversas idades. As jovens têm uma vulnerabilidade maior a determinados tipos de violência, como a sexual e a intrafamiliar, enquanto as mulheres adultas, principalmente aquelas em idade reprodutiva, estão mais suscetíveis a sofrer abuso doméstico, especialmente por parte de parceiros íntimos (Mascarenhas *et al*, 2020).

No que tange a escolaridade, identificou-se que a maioria das vítimas apresentava ensino fundamental incompleto. Uma pesquisa realizada no Estado do Maranhão corroborou com os resultados do estudo, ao apresentar 23% dos casos registrados com esse perfil. Andrade *et al* (2020) ressaltam que aspectos como condições financeiras desfavoráveis, medo e baixo nível educacional são fatores determinantes para a continuidade das mulheres em relacionamentos abusivos. A falta de educação pode dificultar o acesso a informações e oportunidades, aumentando a vulnerabilidade dessas mulheres à dependência financeira e emocional em relação a seus agressores. Contudo a violência contra a mulher ultrapassa os contextos históricos e está profundamente enraizada na estrutura patriarcal da sociedade, sendo, muitas vezes, abordada com pouca sensibilidade.

Em relação à raça, os dados analisados revelaram uma predominância de mulheres pardas entre as vítimas de violência, correspondendo a 75,4% dos casos, seguidas por mulheres brancas, com 11,8%. Esses achados estão em consonância com os resultados do estudo de Costa *et al* (2023) realizado no estado do Maranhão, que indicou uma prevalência de 70% de vítimas pardas, seguidas por 17% de vítimas brancas. Essa distribuição racial reflete, em grande parte, a composição demográfica do estado, conforme indicado pelo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual 66,4% da população Maranhense se autodeclara parda.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

No que se refere a forma de agressão, a violência pode ocorrer de diferentes maneiras. Nesta pesquisa, demonstrou-se que a violência sexual foi a mais prevalente, representando 56,9% dos casos, enquanto a violência física representou 37,1%. Esse achado, no entanto, contrasta com os resultados de Fonseca *et al* (2022), que incluiu uma maior incidência de violência física (47,8%), enquanto a violência sexual representou apenas 2,15% dos registros. Como aponta o Brasil (2015), a subnotificação pode ser um fator determinante para essa disparidade, visto que muitas vítimas optam por não denunciar os abusos devido ao medo, à falta de conhecimento sobre seus direitos ou ao estigma social que envolve esse tipo de violência. A violência sexual pode atingir pessoas de qualquer idade ou gênero, gerando impactos psicossociais significativos e aumentando o risco de contágio por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como HIV e hepatites virais. Esse contexto reflete as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, originadas por valores culturais e religiosos que situam a mulher em uma condição de vulnerabilidade e o homem em uma posição de controle e autoridade. Além disso, devem-se considerar as barreiras de acesso e entendimento sobre essa forma de violência nos serviços de assistência, o que agrava ainda mais essa disparidade (Borumandnia *et al*, 2020).

No concerne ao meio de agressão, destaca-se o uso da força física ou espancamento como o mais recorrente, correspondendo a 29,3% das notificações, seguido pela ameaça, com 12%. Esses dados estão alinhados com a literatura, como demonstrado no estudo de Souza *et al* (2021), no qual a agressão física, incluindo espancamento (42,98%), foi a forma mais comum entre as violências contra a vítima, seguida da ameaça (29,67%). Garcia *et al* (2018) corroboram com os dados ao afirmarem que, ao longo da história, as figuras masculinas foram frequentemente percebidas como agentes de domínio, sentindo-se no direito de controlar suas parceiras e, em casos extremos, recorrendo à violência para afirmar sua força. Essa postura era, em grande medida, considerada parte da cultura e, de certa forma, algo natural. Nos dias de hoje, pesquisas indicam que os homens ainda, frequentemente, se valem da violência para intimidar e afirmar sua autoridade.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

Acerca ao local e vínculo da violência observa-se que a residência da vítima foi o local mais frequente de ocorrência de violência, representando 78,3% dos casos. Esses dados são semelhantes aos identificados por Tauffer *et al* (2020) que apontaram que 62% das violências ocorreram no domicílio da vítima, o autor sugere que essa relação pode estar intimamente ligada ao tipo de vínculo existente entre o agressor e a vítima, um fator que também se destaca em nossa pesquisa.

Dentro deste cenário, nosso estudo identificou que os principais perpetradores da violência de gênero são os namorados, com uma porcentagem de 27,1%, seguidos pela participação dos cônjuges, que corresponde a 15,9%. Esses dados se alinham com os achados de Queiroz *et al* (2022), que também evidenciaram uma alta taxa de agressões perpetradas por namorados e cônjuges. Moroskoski (2021) corrobora os dados ao salientar que a violência, tanto sexual quanto física, ocorre frequentemente no ambiente familiar, muitas vezes sendo naturalizada como parte da convivência doméstica. A proximidade entre vítima e agressor cria oportunidades para a perpetuação de abusos, tornando os episódios recorrentes e, em muitos casos, silenciados pelo contexto de intimidação e dependência emocional.

Este estudo apresenta algumas limitações. Por depender de dados secundários encontrados através do preenchimento das fichas de notificações do SINAN as informações avaliadas podem conter falhas, incluindo registros incompletos, erros no preenchimento e subnotificação de casos. No entanto, ao abranger um intervalo de 11 anos, a pesquisa oferece resultados significativos, considerando-se um problema de saúde pública.

5. Conclusão

A análise dos dados regionais permitiu uma compreensão mais aprofundada dos padrões da violência, destacando a necessidade de atenção a áreas com maior vulnerabilidade. Essa identificação é importante para o

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

desenvolvimento de estratégias que sejam realmente eficazes, permitindo a implementação de políticas e ações voltadas para a diminuição dos episódios de violência nas regiões mais afetadas. Ao identificar o aumento da violência em certas regiões, torna-se viável o desenvolvimento de programas de intervenção direcionados, promovendo um ciclo contínuo de aprimoramento no combate a violência.

Este estudo contribui significativamente ao explorar fatores sociodemográficos regionais, associados à violência contra a mulher. Assim, pode-se subsidiar importantes contribuições para a criação de políticas públicas mais assertivas. A priorização de ações preventivas em regiões com taxas de violência mais elevadas pode melhorar a distribuição de recursos e aumentar a eficácia das intervenções, especialmente em áreas de maior risco, onde a vulnerabilidade social se apresenta como um fator agravante. Diante do exposto, é essencial assegurar que as vítimas tenham acesso facilitado aos serviços de saúde, assistência social, segurança pública e justiça, garantindo uma rede de apoio eficiente no enfrentamento da violência de gênero.

Referências

ALEXANDRE, A.L.S.et al. Violência de gênero sob a ótica e cuidado do enfermeiro: assistência à mulher vitimada. **Enfermagem Brasil**. 18. 14110.33233/eb. v18i1.2433. https://doi.org/10.33233/eb.v18i1.2433

ANDRADE, C.M.et al. Violência interpessoal e autoprovocada: caracterização dos casos notificados em uma regional de saúde do paraná. **Cogitare Enfermagem**, *[S. l.]*, v. 25, 2020. DOI: 10.5380/ce. v25i0.63758. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/63758.

BOFF, R. A.et al. Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 71–88, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7648187. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/848.

BORUMANDNIA, N.et al. The prevalence rate of sexual violence worldwide: a trend analysis. **Bmc Public Health**, [S.L.], v. 20, n. 1, 30 Nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. http://dx.doi.org/10.1186/s12889-020-09926-5.

BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.Disponivel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BRASIL, Secretaria de Transparência, Coordenação de Controle Social, Serviço de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher [Internet]. Brasília: Senado Federal; 2015. Available from: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres

CONCEIÇÃO, H.N.et al. Epidemiological profile of violence against women in a city in the interior of Maranhão, Brazil. **O Mundo da Saúde**, [S.L.], v. 45, p. 056-065, 1 jan. 2021. Centro Universitário São Camilo - Sao Paulo. http://dx.doi.org/10.15343/0104-7809.202145056065.

COSTA, G. M.C.et al. Perfil epidemiológico da violência contra mulheres no estado da Paraíba de 2009 a 2019. **Revista de Aps**, [S.L.], v. 27, n. ,, 1 ago. 2024. http://dx.doi.org/10.34019/1809-8363.2024.v27.41873.

COSTA, L. M. O.et al. Perfil epidemiológico das notificações de lesões autoprovocadas no estado do Maranhão. **Revista Cereus**, [S.L.], v. 15, n. 4, 2023. Revista Cereus. http://dx.doi.org/10.18605/2175-7275/cereus.v15n4p283-295.

DUARTE, M. C. et al. Gênero e violência contra a mulher na literatura de enfermagem: uma revisão. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 2, p. 325–332, mar. 2015. https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680220i

FONSÊCA, N.C. et al. Casos notificados de violência autoprovocada em mulheres no estado do Maranhão, 2009-2019. **Studies In Health Sciences**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 434-444, 15 mar. 2022. South Florida Publishing LLC. http://dx.doi.org/10.54022/shsv3n1-038.

GARCIA, L. P. et al. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 4, p. e00062317, 2018. https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317

GUEDES, R.N. et al. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery**, v. 3, pág. 625–631, jul. 2009. https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022; Maranhão: IBGE; 2022 [Acesso em 23 de fevereiro 2025]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/10094/0

LEITE, F. M.C.et al. Análise dos casos de violência interpessoal contra mulheres. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 36, 2023. Acta Paulista de Enfermagem. http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2023ao00181.

LIMA, C. M. F.et al.Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiol. Serv. Saúde,** Brasília, v. 12, n.4, p. 189-201, dez. 2003. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jan. 2025. http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742003000400003.

MARTINS, A. M. E. et al. Violência contra a mulher em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In**

Derme, *[S. l.]*, v. 93, p. e 020009, 2020.Disponível em: https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/828.

MASCARENHAS, M. D. M. et al. Violência cometida por pessoa conhecida - Brasil, 2013. C**iência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3763–3772, nov. 2017. https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.08672016

MOROSKOSKI, M.et al. Aumento da violência física contra mulheres perpetrada por parceiros íntimos: uma análise de tendências. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, pág. 4993-5002, 2021. https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.02602020

PADILHA, L. et al. CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19 EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DO PARANÁ. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, *[S. l.]*, v. 26, n. 3, 2022. Disponível em: https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/8725.

QUEIROZ, A. C.et al. Análise descritiva do perfil de casos notificados de violência por causas externas do tipo interpessoal/autoprovocada no Amazonas, período 2017 a 2022. **Caderno Pedagógico**, [S.L.], v. 20, n. 10, p. 4331-4344, 20 dez. 2023. South Florida Publishing LLC. http://dx.doi.org/10.54033/cadpedv20n10-002.

SILVA, A. et al. Caracterização da pesca artesanal em municípios da baixada maranhense-Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, v. 13, n. 23, 2016. http://dx.doi.org/10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_023

SILVA, J. V. et al. Tendência das iniquidades sociais nas notificações de violência sexual no Brasil entre 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200038, 2020. https://doi.org/10.1590/1980-549720200038

SOUZA, I.T. et al. Perfil epidemiológico da violência interpessoal no Brasil entre 2015 e 2019. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, *[S. l.]*, v. 16, pág.

e29101623204, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23204. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23204.

TAUFFER, J. et al. Perfil dos casos de violência interpessoal e/ou autoprovocada atendidos em um hospital público do Paraná, 2014 a 2018. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 0-0, 11 jan. 2020. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. http://dx.doi.org/10.17058/jeic.v1i1.14476.

VIANA, A. L.et al. Violência contra a mulher. **Revista de Enfermagem Ufpe On Line**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 923, 4 abr. 2018. Revista de Enfermagem, UFPE Online. http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a110273p923-929-2018.

WANZINACK, C. Análise descritiva do perfil da violência interpessoal e autoprovocada em Santa Catarina (2015-2019): um estudo ecológico exploratório, ***RSPSC***, vol. 13, nº 2, dez. 2023.Disponivel em http://tedis.pro.br/assets/lfm/files/shares/6.%20Reposit%C3%B3rio/1.%20Artigos%20Publicados/Wanzinack,%202019%20-%20AN%C3%81LISE%20DESCRITIVA%20DO%20PERFIL%20DA.pdf

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v6i1.3709